

# SUMÁRIO



**FITO - OSASCO**  
*Professor Polivalente PEB I*

## LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários) .....	1
Sinônimos e antônimos .....	19
Sentido próprio e figurado das palavras .....	20
Pontuação .....	26
Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, artigo, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem .....	31
Concordância verbal e nominal .....	55
Regência verbal e nominal .....	57
Colocação pronominal .....	60
Crase .....	62
Questões .....	64
Gabarito .....	75

## MATEMÁTICA

Resolução de situações-problema, envolvendo: adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação ou radiciação com números racionais, nas suas representações fracionária ou decimal .....	1
Mínimo múltiplo comum; máximo divisor comum .....	3
Razão e proporção .....	11
Regra de três simples ou composta .....	15
Porcentagem .....	17
Equações do 1º ou do 2º grau .....	19
Juros simples e compostos .....	25
Sistema de equações do 1º grau .....	27
Grandezas e medidas: quantidade, tempo, comprimento, superfície, capacidade e massa .....	30
Relação entre grandezas – (tabelas e gráficos de funções polinomiais de 1º e 2º grau) .....	36
Tratamento da informação: medidas de tendência central (média, moda e mediana) ..	39
Noções de geometria: forma, ângulos, área, perímetro, volume, teoremas de pitágoras e de tales .....	42
Questões .....	57
Gabarito .....	65

## LEGISLAÇÃO

Constituição federal de 1988: artigos 208 a 214 .....	1
Lei federal nº 8.069/90 – Eca: artigos 1º a 6º, 15 a 18-b, 53 a 59 e 131 a 137.....	6
Lei federal nº 9.394/1996 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional....	11
Base nacional comum curricular (bncc) para a educação básica .....	43
Lei nº 10.098/1994 – Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências .....	44
Resolução cne/ceb nº 2/2001- diretrizes curriculares nacionais para a educação especial na educação básica .....	48
Resolução cne/ceb nº 4/2009 – institui diretrizes operacionais para atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial .....	52
Resolução cne/ceb nº 4/2010 – define diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica.....	55
Ministério da educação; secretaria de educação especial; política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.....	71
Decreto nº 7.611/2011 – Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.....	80
Lei nº 13.146/2015 – Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência).....	82
Capítulo iv – do artigo 27 ao 30, do direito à educação .....	114
Lei federal nº 7.853, De 24 de outubro de 1989 - dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a coordenadoria nacional para integração da pessoa portadora de deficiência - corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do ministério público, define crimes, e dá outras providências.....	116
Lei do município de osasco nº 4.701, De 02 de julho de 2015 – institui o plano municipal de educação e dá outras providências .....	120
Lei ordinária nº 801/1968 .....	138
Decreto nº. 9.372/2004 – Estatuto da fito.....	143
Lei complementar nº 122/2004.....	156
Lei complementar nº. 378/2019.....	164
Questões .....	168
Gabarito.....	175



## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

O direito à educação e a função social da escola .....	1
Gestão democrática: autonomia e participação como princípios .....	2
Concepções de educação e de escola: tendências pedagógicas e a prática do professor polivalente .....	3
Concepções de desenvolvimento e aprendizagem.....	19
Projeto político-pedagógico: organização do trabalho escolar.....	21
Currículo e trabalho docente: planejamento, seleção e organização dos conteúdos ....	22
A avaliação e os processos de ensino e de aprendizagem .....	24
Alfabetização e letramento .....	26
Educação matemática .....	28
Direitos humanos e diversidade .....	30
Docência e identidade profissional: autonomia, formação e pesquisa .....	31
Educação inclusiva.....	33
Eja .....	43
Cultura digital e uso de tecnologias na educação .....	45
Infâncias e culturas infantis .....	47
Legislação educacional. Brasileira .....	48
Cultura popular e cultura de massa.....	48
Os diferentes sentidos de beleza nas culturas.....	50
Contribuições da arte na formação do ser humano .....	51
Reconhecer os códigos estéticos e artísticos de diferentes culturas.....	53
Arte moderna.....	54
Arte contemporânea .....	56
Arte brasileira .....	58
Questões .....	60
Gabarito.....	66



### Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

### Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

### Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

### Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

*FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015  
Português > Compreensão e interpretação de textos*

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



*“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”*



A habilidade de resolver problemas matemáticos é aprimorada através da prática e do entendimento dos conceitos fundamentais. Neste contexto, a manipulação de números racionais, seja em forma fracionária ou decimal, mostra-se como um aspecto essencial. A familiaridade com essas representações numéricas e a capacidade de transitar entre elas são competências essenciais para a resolução de uma ampla gama de questões matemáticas. Vejamos alguns exemplos:

**01. (Câmara Municipal de São José dos Campos/SP – Analista Técnico Legislativo – Designer Gráfico – VUNESP)** Em um condomínio, a caixa d'água do bloco A contém 10 000 litros a mais de água do que a caixa d'água do bloco B. Foram transferidos 2 000 litros de água da caixa d'água do bloco A para a do bloco B, ficando o bloco A com o dobro de água armazenada em relação ao bloco B. Após a transferência, a diferença das reservas de água entre as caixas dos blocos A e B, em litros, vale

- (A) 4 000.
- (B) 4 500.
- (C) 5 000.
- (D) 5 500.
- (E) 6 000.

### Resolução:

$$A = B + 10000 \quad (I)$$

$$\text{Transferidos: } A - 2000 = 2.B, \text{ ou seja, } A = 2.B + 2000 \quad (II)$$

Substituindo a equação (II) na equação (I), temos:

$$2.B + 2000 = B + 10000$$

$$2.B - B = 10000 - 2000$$

$$B = 8000 \text{ litros (no início)}$$

$$\text{Assim, } A = 8000 + 10000 = 18000 \text{ litros (no início)}$$

Portanto, após a transferência, fica:

$$A' = 18000 - 2000 = 16000 \text{ litros}$$

$$B' = 8000 + 2000 = 10000 \text{ litros}$$

Por fim, a diferença é de :  $16000 - 10000 = 6000$  litros

**Resposta: E.**

**02. (EBSERH/ HUSM/UFMS/RS – Analista Administrativo – AOCF)** Uma revista perdeu  $\frac{1}{5}$  dos seus 200.000 leitores.

Quantos leitores essa revista perdeu?

- (A) 40.000.
- (B) 50.000.
- (C) 75.000.
- (D) 95.000.
- (E) 100.000.



### – Educação

A educação é tratada nos artigos 205 a 214, da Constituição. Constituindo-se em um direito de todos e um dever do Estado e da família, a educação visa ao desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

### – Organização dos Sistemas de Ensino

Prevê o Art. 211, da CF, que: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

ENTE FEDERADO	ÂMBITO DE ATUAÇÃO (PRIORITÁRIA)
União	Ensino superior e técnico
Estados e DF	Ensino fundamental e médio
Municípios	Educação infantil e ensino fundamental

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Zf8RGtlpQiwJ:https://www.grancursosonline.com.br/download-demonstrativo/download-aula-pdf-demo/codigo/47mLWGgdrdc%253D+%&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=b>

## CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO ESPORTO

### SEÇÃO I DA EDUCAÇÃO

(...)

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)(Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré - escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)



O direito à educação é um dos pilares fundamentais de uma sociedade justa e democrática, estando consagrado como direito social na Constituição Federal de 1988 e em diversos tratados internacionais. Esse direito implica a garantia de acesso à educação de qualidade, respeitando a dignidade humana e proporcionando condições para o pleno desenvolvimento do indivíduo. Além de seu papel de disseminar conhecimento, a escola cumpre uma função social essencial ao promover a formação de cidadãos críticos, éticos e conscientes de seus direitos e deveres. Essa função extrapola a instrução técnica e acadêmica, estendendo-se à formação de valores cívicos e sociais, à inclusão e à redução das desigualdades.

Nesse sentido, a escola se consolida como um espaço de socialização, de aprendizado sobre a diversidade e de fortalecimento dos valores democráticos, sendo seu papel fundamental não só na promoção do conhecimento, mas também na construção de uma sociedade mais igualitária. Esta análise buscará aprofundar a compreensão sobre o direito à educação no Brasil, os desafios enfrentados para a sua plena realização e o significado da função social da escola na transformação social.

### Direito à Educação na Constituição Brasileira

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu a educação como um direito social fundamental, assegurando-a a todos os cidadãos. No artigo 6º, a educação é reconhecida como um direito social essencial, sendo complementada pelos artigos 205 a 214, que estabelecem as diretrizes para sua implementação e reforçam o papel do Estado, da família e da sociedade na garantia desse direito. O artigo 205, por exemplo, afirma que: *"A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho."* Esse trecho evidencia a educação como ferramenta não só de desenvolvimento pessoal, mas também de capacitação para o trabalho e para o exercício da cidadania.

Nesse contexto, o Estado é obrigado a oferecer condições que garantam a universalização da educação básica, assegurando a todos o acesso e a permanência no ambiente escolar. O direito à educação abrange não apenas o acesso, mas também a qualidade, ou seja, o sistema educacional deve ser adequado e eficiente. O artigo 208 ainda define que o ensino fundamental deve ser obrigatório e gratuito, e assegura o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência. Dessa forma, o Estado assume um papel crucial, mas a Constituição também reforça a importância da participação da família e da sociedade nesse processo, evidenciando uma responsabilidade compartilhada que visa ao bem comum.

### Função Social da Escola

A função social da escola é um conceito que transcende a transmissão de conhecimento acadêmico e técnico. A escola atua como um espaço de formação integral, promovendo valores sociais e cidadãos, essenciais para o desenvolvimento de uma sociedade democrática. Esse papel vai além do ensino de conteúdos curriculares, pois envolve a promoção de valores como respeito, empatia, cooperação e consciência social. A escola é um dos primeiros espaços onde a criança se socializa fora do ambiente familiar, aprendendo a conviver com a diversidade e a respeitar as diferenças, sejam elas culturais, sociais, raciais ou de gênero.

Além disso, a função social da escola está diretamente ligada à formação crítica do indivíduo, capacitando-o a refletir sobre a realidade em que vive e a atuar como agente transformador. A formação cidadã, neste sentido, é fundamental para que os alunos compreendam a importância dos direitos e deveres, o valor da justiça social e o papel da participação ativa na vida política e comunitária. Ao promover essa compreensão, a escola contribui significativamente para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa.